



Terapia ABA como campo de atuação do enfermeiro no cuidado às crianças com Transtorno do Espectro Autista

ABA therapy as a field of action for nurses caring for children with Autism Spectrum Disorder

La terapia ABA como campo de actuación para las enfermeras que atienden a niños con Trastorno del Espectro Autista

Anna Marcia Nunes Moraes¹, Vanessa Cristina Bertussi¹

RESUMO

Objetivo: Identificar na literatura científica, o conhecimento e a atuação dos enfermeiros no uso da ferramenta Análise do Comportamento Aplicada (ABA) em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Métodos:** Revisão integrativa da literatura, na qual selecionou-se artigos publicados entre 2014 e 2024, em português, inglês e espanhol, disponibilizados em texto completo. Questão norteadora: quais as perspectivas e atuação do enfermeiro no uso da ferramenta ABA no contexto do TEA infantil? A pesquisa foi realizada em novembro de 2024 nas bases de dados LILACS, MEDLINE e na plataforma Scispace. **Resultados:** Foram selecionados 7 artigos que atenderam aos critérios de inclusão. Os estudos indicam um campo promissor para a atuação da enfermagem no manejo do TEA com a ABA. **Considerações finais:** A ABA é eficaz no tratamento do TEA e representa um potencial campo de atuação para a enfermagem. Contudo, as lacunas no preparo dos profissionais e escassez de estudos específicos, limita avanços na área. **Palavras-chave:** Enfermeiros, Análise do Comportamento Aplicada, Transtorno do Espectro Autista, Criança.

ABSTRACT

Objective: To identify in the scientific literature, the knowledge and performance of nurses in the use of the Applied Behavior Analysis (ABA) tool in children with Autism Spectrum Disorder (ASD). **Methods:** Integrative literature review, which selected articles published between 2014 and 2024, in Portuguese, English and Spanish, available in full text. Guiding question: What are the perspectives and actions of nurses in the use of the ABA tool in the context of childhood ASD? The search was carried out in November 2024 in the LILACS and MEDLINE databases and on the Scispace platform. **Results:** Seven articles were selected that met the inclusion criteria. The studies indicate a promising field for nursing in the management of ASD with ABA. **Final considerations:** ABA is effective in the treatment of ASD and represents a potential field of action for nursing. However, gaps in professional training and a shortage of specific studies limit progress in the area.

Keywords: Nurses, Applied Behavior Analysis, Autism Spectrum Disorder, Child.

RESUMEN

Objetivo: Identificar en la literatura científica el conocimiento y el trabajo de las enfermeras en el uso de la herramienta de Análisis Conductual Aplicado (ABA) con niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA). **Métodos:** Revisión bibliográfica integradora, que seleccionó artículos publicados entre 2014 y 2024, en

¹ Faculdade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), Uberlândia - MG.

português, inglês y español, disponibles a texto completo. Pergunta guía: ¿Cuáles son las perspectivas y acciones de las enfermeras en el uso de la herramienta ABA en el contexto del TEA infantil? La búsqueda se realizó en noviembre de 2024 en las bases de datos LILACS y MEDLINE y en la plataforma Scispace.

Resultados: Se seleccionaron siete artículos que cumplían los criterios de inclusión. Los estudios indican un campo prometedor para la enfermería en el manejo del TEA con ABA. **Consideraciones finales:** El ABA es eficaz en el tratamiento de los TEA y representa un campo de actuación potencial para la enfermería. Sin embargo, las lagunas en la formación profesional y la escasez de estudios específicos limitan los avances en este campo.

Palabras clave: Enfermeros, Análisis de Comportamiento Aplicado, Trastorno del Espectro Autista, Niña.

INTRODUÇÃO

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020) define o Transtorno do Espectro Autista (TEA), classificado no CID-11 sob o código 6A02, como uma condição neurobiológica complexa que impacta significativamente a comunicação, a linguagem e o comportamento social dos indivíduos afetados. Os sinais característicos do TEA manifestam-se tipicamente na infância, persistindo ao longo da vida e, frequentemente, acompanhados de comorbidades como depressão, epilepsia, ansiedade e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). A compreensão abrangente do TEA exige, portanto, uma abordagem multidisciplinar e longitudinal, que considere a diversidade de manifestações clínicas e a necessidade de intervenções personalizadas.

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2021), em consonância com a definição da OPAS, oferece uma perspectiva complementar ao enfatizar a natureza essencialmente clínica do diagnóstico do TEA. Segundo o COFEN, o diagnóstico baseia-se na observação e avaliação de sinais como comportamentos repetitivos, resistência a mudanças, sensibilidade sensorial exacerbada, isolamento social e interesses atípicos para a idade cronológica. Embora a etiologia do TEA permaneça em grande parte desconhecida, a literatura científica sugere que fatores genéticos e ambientais, especialmente aqueles presentes no período gestacional, desempenham um papel crucial na manifestação da condição. A complexidade etiológica do TEA reforça a importância de pesquisas contínuas e de abordagens diagnósticas e terapêuticas integradas.

SeizeMM e Borsa JC (2017), em sua revisão sistemática, identificaram 11 instrumentos para o rastreamento do TEA, destacando o M-CHAT (Modified Checklist for Autism in Toddlers) como o único validado para uso em português. O M-CHAT, de uso livre e aplicável por profissionais de saúde devidamente capacitados, é recomendado para crianças com idades entre 16 e 30 meses e está incluído na Caderneta da Criança, consistindo em 23 questões direcionadas aos pais ou cuidadores. A validação do M-CHAT em português representa um avanço significativo na detecção precoce do TEA em crianças brasileiras, permitindo intervenções oportunas e a melhoria do prognóstico.

Apesar do M-CHAT ser considerado o principal instrumento de rastreamento do TEA, alguns municípios brasileiros desenvolvem adaptações para atender às suas realidades locais, considerando as particularidades socioculturais e as necessidades específicas de suas populações. Após os 18 meses de idade, os sinais característicos do TEA tornam-se mais evidentes, incluindo atraso na linguagem, déficits no contato social, interesses restritos e estereotípias (Brasil, 2021). O diagnóstico do TEA, conforme preconizado pelo DSM-5-TR, requer o atendimento a cinco critérios diagnósticos: déficits na comunicação e interação social, comportamentos repetitivos, prejuízos funcionais, e exclusão de outras condições médicas ou psiquiátricas. A avaliação diagnóstica deve ser realizada por profissionais qualificados, como neurologistas ou psiquiatras, embora pediatras e clínicos gerais possam desempenhar um papel importante em contextos com menor acesso a especialistas (ADAPTE EDUCAÇÃO, 2024).

Embora não existam dados oficiais sobre a prevalência do TEA no Brasil, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que mais de 2 milhões de brasileiros possam estar dentro do espectro (Brasil, 2024). A Lei nº 12.764/2012 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconhecendo legalmente essas pessoas como deficientes e garantindo seus direitos à saúde,

educação e inclusão social. A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão, define pessoa com deficiência como aquela com impedimento de longo prazo que, ao interagir com barreiras, tem limitada sua participação social em igualdade de condições.

Essa lei assegura atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, desde o diagnóstico e intervenção precoces até a reabilitação, por equipe multidisciplinar. Complementarmente, a Portaria nº 793/2012 institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de promover cuidados especializados e integrados, com foco na reabilitação auditiva, física, intelectual, visual, ostomia e múltiplas deficiências.

Em 2021, o Ministério da Saúde lançou a Linha de Cuidado para Crianças com Transtorno do Espectro Autista, com o objetivo de organizar a rede de suporte ao indivíduo com TEA e fortalecer ações voltadas à detecção precoce (BRASIL, 2024). As políticas públicas desempenham um papel fundamental na garantia do desenvolvimento e da inclusão social dessas crianças, sendo indispensável considerar a trajetória e as experiências da família no processo diagnóstico, e nisso reside o ganho do estabelecimento de uma linha de cuidados (BRASIL, 2015). A Atenção Básica, como porta de entrada do sistema de saúde, assume a responsabilidade de acolher, identificar e iniciar o acompanhamento das crianças com suspeita ou diagnóstico de TEA, no âmbito da saúde pública.

Cabe à equipe da Atenção Básica acionar recursos complementares, como os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e serviços especializados, conforme as diretrizes municipais. Na rede privada esse direcionamento será feito pelo profissional que fez o diagnóstico, ou pelo enfermeiro navegador. A articulação eficiente entre os níveis de atenção é fundamental para assegurar o cuidado integral. Contudo, na atenção secundária — representada pelos centros especializados em reabilitação — que, geralmente, ocorrem os maiores avanços, desde que haja por parte dos profissionais que assistirão o paciente o conhecimento técnico específico, e uma variedade de ferramentas e métodos de intervenção eficazes para atuar no transtorno (BRASIL, 2015).

O estudo pioneiro de Lovaas (1987) representou um marco fundamental na compreensão e no tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ao demonstrar os efeitos positivos de intervenções intensivas baseadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no desenvolvimento de crianças com TEA, Lovaas abriu caminho para uma nova era de intervenções terapêuticas. Seus resultados evidenciaram que a aplicação precoce da ABA, especialmente em crianças com TEA, pode resultar em melhorias significativas em diversas áreas do desenvolvimento, como comunicação, habilidades sociais e comportamentos adaptativos. A relevância do estudo de Lovaas é ainda mais ressaltada pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2020), que reconhece a eficácia da ABA e a importância de sua aplicação por profissionais qualificados.

Desenvolvida nos Estados Unidos na década de 1960, a ABA é uma abordagem terapêutica baseada nos princípios da análise do comportamento. Ela envolve a aplicação sistemática de técnicas e estratégias para modificar comportamentos socialmente relevantes, com o objetivo de promover a autonomia e a qualidade de vida de indivíduos com TEA. A ABA abrange um processo estruturado que inclui a avaliação detalhada do comportamento da criança, o planejamento de intervenções individualizadas e a aplicação sistemática dessas intervenções por um profissional treinado, conforme preconizado pelo Instituto Brasileiro de Ensino e Saúde (IBES, 2023).

A eficácia da ABA reside em sua capacidade de adaptar as intervenções às necessidades específicas de cada criança, utilizando técnicas como reforço positivo, modelagem e encadeamento para promover a aquisição de novas habilidades e a redução de comportamentos problemáticos. A ABA é uma abordagem terapêutica estruturada, que se desdobra em quatro etapas cruciais: avaliação detalhada, definição de metas específicas e mensuráveis, planejamento cuidadoso das intervenções e aplicação sistemática dessas intervenções (IBES, 2023). A singularidade da ABA reside na sua capacidade de individualizar as estratégias, adaptando-as meticulosamente às necessidades singulares de cada criança com TEA. Essa personalização é fundamental para otimizar os resultados terapêuticos e promover o desenvolvimento integral da criança.

O enfermeiro, como profissional de saúde integrante da equipe multiprofissional, desempenha um papel de suma importância no cuidado às condições crônicas como o TEA (COFEN, 2021). Sua atuação abrange a promoção de intervenções personalizadas, o acompanhamento contínuo da criança e o trabalho colaborativo com outros profissionais, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. A técnica ABA, com seus princípios e estratégias baseados em evidências científicas, constitui um recurso assistencial valioso para os enfermeiros, contribuindo para a inclusão social e o desenvolvimento integral do paciente (COREN - PR, 2025). Diante desse contexto, o presente estudo se propôs a identificar, por meio de uma revisão integrativa da literatura científica, o conhecimento e a atuação dos enfermeiros no uso da ferramenta ABA em crianças com TEA. A análise dos estudos selecionados visa fornecer um panorama sobre o tema, identificando as melhores práticas e as lacunas no conhecimento, com o objetivo de subsidiar a prática clínica e a pesquisa em enfermagem.

MÉTODOS

Este estudo consiste em uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL) que seguiu as diretrizes do Manual de Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa (GRUPO ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2014)., a revisão foi realizada em seis etapas: 1. Identificação do tema, formulação da questão de pesquisa, definição do problema, estratégia de busca e bases de dados; 2. Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; 3. Identificação e seleção dos estudos, com leitura de resumos, e organização dos estudos selecionados; 4. Categorização dos estudos, elaboração da matriz de síntese; 5. Análise e interpretação dos resultados, com discussão das evidências encontradas; 6.

Apresentação da revisão, em formato de artigo científico. A pergunta norteadora do estudo foi: quais as perspectivas e atuação do enfermeiro no uso da ferramenta ABA no contexto do TEA infantil? A pesquisa foi conduzida em novembro de 2024, utilizando as bases de dados LILACS, MEDLINE e a plataforma Scispace, com o objetivo de identificar estudos relevantes sobre a atuação do enfermeiro no uso da ferramenta ABA no contexto do TEA infantil. Os descritores utilizados foram aqueles catalogados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): "Enfermeiros", "Análise do Comportamento Aplicada", "Transtorno do Espectro Autista" e "Criança", conforme detalhado no (**Quadro 1**). Para a elaboração dos termos de busca, esses descritores foram combinados utilizando o operador booleano "AND".

Foram incluídos artigos publicados entre 2014 e 2024, disponíveis na íntegra, em português, inglês ou espanhol. Excluíram-se os que não abordavam o tema, não estavam disponíveis na íntegra, que eram documentos de outros tipos que não artigos, e ainda aqueles publicados em período diferente do incluído.

Para garantir a qualidade metodológica, utilizaram-se a organização dos achados em fluxograma, conforme as diretrizes PRISMA, que organizam de forma transparente a seleção dos estudos, e o sistema GRADE, que classifica a evidência científica e a força das recomendações com base na consistência e relevância dos resultados. Todas as traduções necessárias foram realizadas por meio da ferramenta DeepL, a fim de assegurar precisão e fidelidade aos textos originais. Aplicou-se no **Quadro 1** as terminologias dos descritores em seus respectivos idiomas português, inglês e espanhol.

Quadro 1- Descritores e suas traduções em português, inglês e espanhol.

Português	Inglês	Espanhol
Enfermeiros	Nurses	Enfermeros
Análise do Comportamento Aplicada	Applied Behavior Analysis	Análisis de Comportamiento Aplicado
Transtorno do Espectro Autista	Autism Spectrum Disorder	Trastorno del Espectro Autista
Criança	Child	Niña

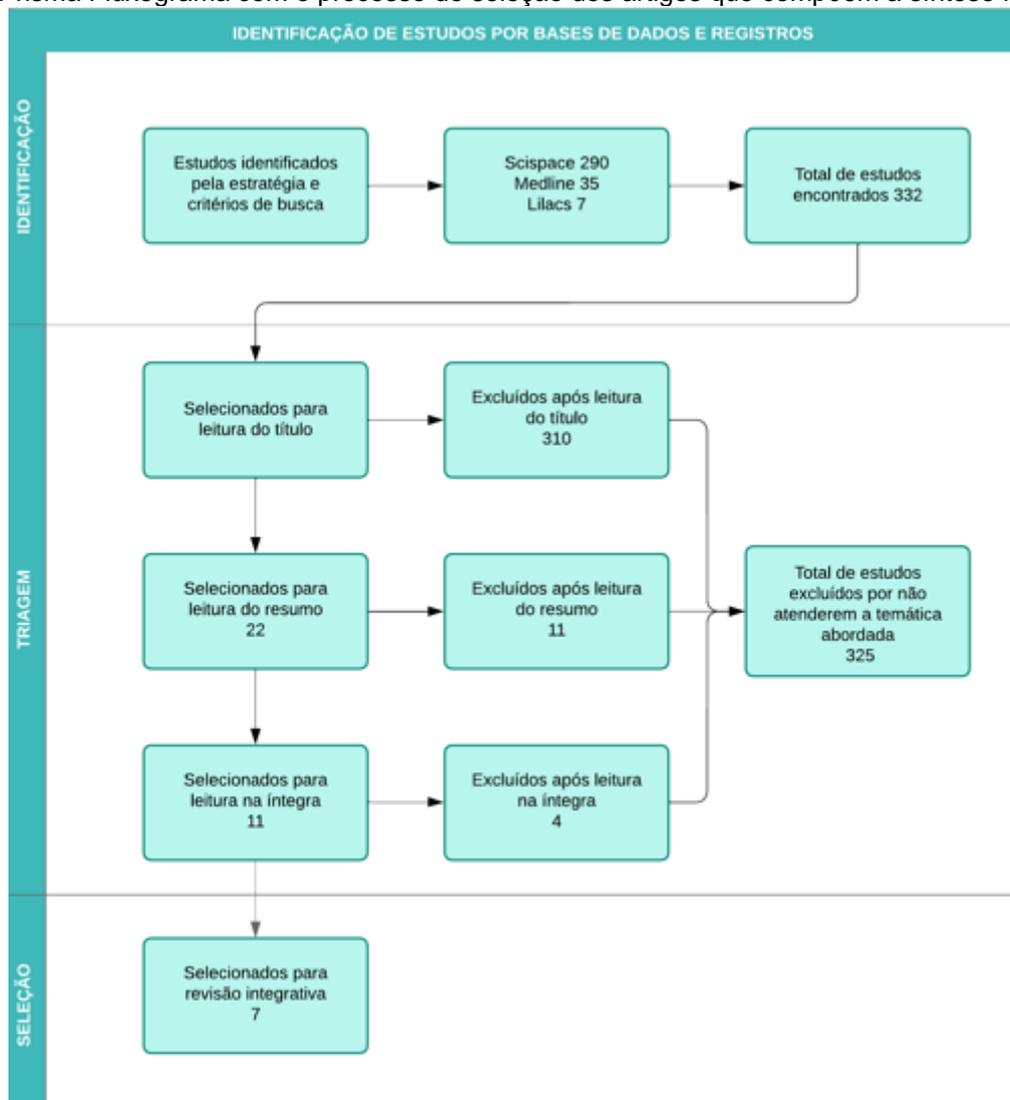
Fonte: Moraes AMN, et al., 2025.

RESULTADOS

A busca nas bases de dados resultou em 332 artigos. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, 324 estudos foram excluídos por não atenderem aos requisitos estabelecidos. Dentre os restantes, 11 foram

selecionados para leitura completa, resultando em uma amostra final composta por 8 artigos, conforme ilustrado no fluxograma da **Figura 1**.

Figura 1 - Prisma Fluxograma com o processo de seleção dos artigos que compõem a síntese final.



Fonte: Moraes AMN, et al., 2025.

O **Quadro 2** apresenta de forma sintetizada os artigos que compõem a amostra final, incluindo informações como autores, ano de publicação, tipo de estudo, e principais conclusões, conforme os resultados analisados.

Quadro 2 - Síntese dos principais achados sobre o tema em enfermagem e a terapia ABA.

N	Autor/Ano	Principais Resultados
A1	Alves MR, et al. (2022).	Estudo de caso-controle, com nível de evidência moderado, que avaliou a utilidade do M-CHAT na identificação de sinais de autismo em crianças pequenas. Os resultados indicaram que o instrumento é eficaz para esse fim. O estudo também observou que o sexo masculino e a faixa etária entre 25 e 36 meses influenciam no número de dificuldades encontradas durante a aplicação do teste
A2	Du G, et al. (2024).	Estudo quase experimental, com nível de evidência moderado, que analisou a eficácia da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais em crianças com Transtorno do Espectro

		Autista (TEA). A pesquisa demonstrou que a ABA, por meio de técnicas de modificação comportamental, contribui para a promoção de comportamentos socialmente adequados e a diminuição de condutas desafiadoras. Embora os resultados indiquem benefícios promissores, os autores destacam a necessidade de novos estudos para aprofundar a compreensão sobre os impactos da intervenção ABA no desenvolvimento socioemocional de crianças com TEA.
A3	Rodgers M, et al. (2021).	Meta-análise de dados de participantes individuais (IPD), com alto nível de evidência, que avaliou os efeitos das intervenções intensivas baseadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) em crianças autistas em idade pré-escolar. Os resultados apontaram melhorias significativas na capacidade cognitiva e no comportamento adaptativo em comparação com os tratamentos padrão. No entanto, o estudo apresentou limitações metodológicas e evidências insuficientes para afirmar benefícios consistentes em outros desfechos analisados.
A4	HamarashMQ e Ramadan MI (2023).	Estudo descritivo, não experimental e transversal, com baixo nível de evidência, que investigou o conhecimento dos profissionais de enfermagem sobre o Transtorno do Espectro do Autismo em um hospital pediátrico na cidade de Kirkuk. Os resultados indicaram que 40% dos participantes apresentavam um bom nível de conhecimento, sendo que as enfermeiras mais jovens, com idades entre 20 e 29 anos, demonstraram maior domínio sobre o tema em comparação com faixas etárias mais elevadas.
A5	Tasew S, et al. (2021).	Estudo transversal de base institucional, com baixo nível de evidência, que avaliou o conhecimento das enfermeiras sobre o autismo infantil em hospitais governamentais de Addis Abeba, Etiópia. O artigo evidenciou limitações na compreensão das características do transtorno, como dificuldades na interação social, problemas de comunicação e comportamentos repetitivos — aspectos fundamentais para um atendimento adequado. Os resultados ressaltam a necessidade urgente de implementação de programas de capacitação voltados ao autismo infantil para profissionais de enfermagem.
A6	Dartora DD, et al. (2024).	Pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, com baixo nível de evidência, que investigou as percepções da equipe de enfermagem sobre o cuidado a crianças com Transtorno do Espectro Autista. O estudo revelou que no conhecimento empírico prevalece sobre a compreensão científica entre os profissionais, o que compromete a qualidade da assistência prestada. Esses achados reforçam a necessidade de capacitação técnica específica para promover um cuidado mais qualificado e humanizado.
A7	Sena RCF, et al. (2022).	Estudo exploratório, abordagem qualitativa, com baixo nível de evidência. A pesquisa analisou o conhecimento de profissionais de enfermagem sobre o Transtorno do Espectro Autista na infância, evidenciando significativa insegurança e fragilidade quanto ao domínio do tema. Observou-se ausência de definições claras e escassez de estratégias de intervenção na prática assistencial. O estudo também apontou um déficit expressivo de formação e experiência profissional voltadas ao cuidado de crianças autistas, ressaltando a necessidade de aprimoramento na educação continuada e na disponibilização de recursos específicos na área da enfermagem.

Fonte: Moraes AMN, et al., 2025

DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados para esta revisão integrativa da literatura revelou um panorama multifacetado sobre a aplicação da ABA no tratamento do TEA, bem como sobre o conhecimento e a prática dos profissionais de enfermagem em relação a esta condição. A participação desses profissionais na produção científica relevante também foi objeto de análise, visando identificar o estado da arte e as lacunas existentes no conhecimento. Os estudos A2 e A3, em particular, destacaram a eficácia da ABA no desenvolvimento de habilidades em indivíduos com TEA, corroborando a literatura existente sobre o tema.

A ABA, demonstrou ser uma ferramenta promissora no aprimoramento de comportamentos adaptativos, habilidades sociais, comunicação e redução da ansiedade em crianças com TEA, demonstrando melhorias

substanciais nas funções cognitivas, superando os resultados obtidos com as abordagens terapêuticas convencionais. Informações essas que são reforçadas por estudos recentes Razera FNS. (2024), que destacam os benefícios da ABA na melhoria do comportamento adaptativo, desenvolvimento da comunicação e linguagem, e redução de comportamentos desafiadores, além da importância da personalização das intervenções e da eficácia a longo prazo da ABA.

No entanto, a literatura também aponta para a necessidade de intervenções individualizadas e baseadas em dados, realizadas por profissionais qualificados, além da importância de mais pesquisas sobre os efeitos a longo prazo da ABA e sua aplicação em diferentes contextos. Nesse sentido, a ferramenta M-CHAT, validada no estudo A1, surge como um instrumento promissor para o rastreamento precoce de sinais de risco para o TEA em crianças de até 36 meses. Sua capacidade de identificar crianças com sinais de TEA, aliada à sua boa confiabilidade, validade, sensibilidade e especificidade, destaca a importância da utilização de instrumentos válidos e confiáveis no rastreamento do TEA, garantindo que as crianças recebam o suporte e a intervenção adequados o mais cedo possível.

Ademais, o PARECER Nº 5/2024/COFEN/CAMTEC/CTESNC, mediante a avaliação das competências técnica, científica, ética e legal, informa que não existe óbice para o enfermeiro qualificado realizar a aplicação do formulário. Também recomendado pelo Ministério da Saúde. (2024) e pela Sociedade Brasileira de Pediatria (2017), o M-CHAT se mostra uma ferramenta importante na atuação do enfermeiro. Em contraste, os estudos A4, A5, A6 e A7 revelam uma lacuna significativa no conhecimento e preparo dos profissionais de enfermagem. A percepção estereotipada do autismo, a falta de formação adequada e a ausência de experiência prática no cuidado a crianças com TEA são apontadas como desafios importantes.

A falta de conhecimento científico e a insegurança em relação à abordagem e intervenção com crianças autistas são sentimentos comuns entre os profissionais entrevistados. Esses achados corroboram a importância do papel da enfermagem no cuidado de crianças com TEA, destacando a necessidade de competências e habilidades específicas para o ambiente hospitalar, conforme evidenciado em estudos recentes (SOUSA VF, et al., 2024).

A pesquisa de Sousa VF, et al. (2024) também ressalta os desafios enfrentados pela enfermagem, como a necessidade de desenvolver estratégias para atender às necessidades das crianças com TEA, compreender as dificuldades na prática clínica e aprimorar a atuação no ambiente de cuidado. A superação desses desafios exige um esforço conjunto de instituições de ensino, órgãos reguladores e profissionais de saúde, visando garantir um cuidado de qualidade e baseado em evidências para crianças com TEA

Os resultados apresentados evidenciam a necessidade urgente de investir em programas de capacitação profissional que abordem o TEA de maneira abrangente e qualifiquem os enfermeiros para o uso eficaz da ABA em sua prática clínica. A formação continuada, nesse contexto, transcende a mera atualização de conhecimentos, configurando-se como um processo contínuo e dinâmico, que deve abranger desde os fundamentos teóricos da ABA até a aplicação prática de suas técnicas em diferentes contextos clínicos. A inclusão de simulações de casos clínicos, supervisão de profissionais experientes e a promoção de discussões interdisciplinares são estratégias cruciais para garantir que os enfermeiros desenvolvam as competências necessárias para atender às necessidades específicas das crianças com TEA e suas famílias.

O aprimoramento curricular na área de enfermagem, com foco em autismo infantil, emerge como um imperativo para assegurar que os futuros profissionais estejam devidamente preparados para lidar com essa população. A inclusão de disciplinas específicas sobre TEA e ABA nos currículos de graduação e pós-graduação, aliada à oferta de estágios supervisionados em centros especializados, pode proporcionar aos estudantes a oportunidade de vivenciar a realidade do cuidado a crianças com TEA e desenvolver habilidades práticas essenciais.

Além disso, a promoção de atividades de extensão e pesquisa na área pode estimular o interesse dos estudantes pelo tema e contribuir para a produção de conhecimento científico relevante. Embora a presente pesquisa não tenha identificado estudos que abordem especificamente a atuação ou o conhecimento de enfermeiros sobre a ferramenta ABA no contexto do TEA, essa lacuna representa uma oportunidade

significativa para a expansão da atuação da enfermagem nesse campo. A possibilidade de o enfermeiro atuar na aplicação da ABA é reforçada por regulamentações e pareceres técnicos emitidos por órgãos como o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e o Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal (COREN-DF), que legitimam a atuação do enfermeiro na área e o uso de instrumentos como a Escala M-CHAT-R™.

Especificamente, o Parecer Nº 6/2025/Câmara Técnica de Pareceres Técnicos do COFEN, o Parecer Técnico COREN-DF n.º 26/2020 e o Parecer Nº 5/2024/COFEN/CAMTEC/CTESNC, detalham e autorizam a atuação do enfermeiro no contexto da ABA, reconhecendo a competência deste profissional para aplicar a referida ferramenta, e a escala M-CHAT-R™. Considerando a ausência de estudos que explorem de forma detalhada a atuação e o conhecimento dos enfermeiros sobre a ABA no contexto do TEA, torna-se inviável uma avaliação precisa da participação dessa classe profissional na produção científica sobre o tema. Contudo, a validação da atuação do enfermeiro nesse campo, respaldada pelos pareceres dos conselhos de enfermagem, sinaliza uma área promissora para o desenvolvimento de pesquisas e publicações científicas.

A realização de estudos qualitativos e quantitativos que investiguem as experiências e percepções dos enfermeiros na aplicação da ABA, bem como a eficácia de suas intervenções, pode contribuir significativamente para a produção de evidências científicas robustas e relevantes para a prática clínica. A lacuna identificada representa, portanto, uma oportunidade para que enfermeiros, tanto na prática clínica quanto na acadêmica, explorem e documentem suas experiências e conhecimentos relacionados à aplicação da ABA em crianças com TEA. A produção de evidências científicas robustas e relevantes para a prática clínica pode contribuir significativamente para aprimorar a qualidade do cuidado prestado a essa população, fortalecer o papel do enfermeiro como profissional de referência na área do TEA e estimular o desenvolvimento de protocolos de intervenção baseados em evidências.

CONCLUSÃO

O estudo revela uma contraposição significativa entre a eficácia reconhecida ABA no tratamento do TEA, a insuficiência na formação dos enfermeiros para sua aplicação prática e a ausência de evidências científicas por esses profissionais. Embora a regulamentação da atuação da enfermagem nesse campo represente um avanço importante, ao reconhecer o potencial dos enfermeiros no rastreamento e intervenção precoce em crianças com TEA, ainda há uma lacuna considerável na produção científica voltada à aplicação da ABA por esses profissionais. Tal cenário evidencia a necessidade de fortalecer a pesquisa na área e de promover investimentos na capacitação profissional, tanto na formação inicial quanto na educação continuada e permanente, a fim de qualificar os enfermeiros no uso de abordagens baseadas em evidências e garantir um cuidado efetivo e humanizado às crianças com TEA.

REFERÊNCIAS

1. ADAPTE EDUCAÇÃO. 5 condições do autismo. Disponível em: https://www.adapte.com.vc/blog/5_condicoes_do_autismo. Acesso em: 2 nov. 2024.
2. ALVES MFT, et al. Motivos para a não notificação de incidentes de segurança do paciente por profissionais de saúde: revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2019; 24(8): 2895–2908.
3. ALVES MR, et al. Estudo de Propriedades Psicométricas do M-Chat no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2022; 42: 238467.
4. BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 18 set. 2024.
5. BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 set. 2024.
6. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderneta da criança: passaporte da cidadania. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024; 7. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br>. Acesso em: 5 nov. 2024.
7. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo. 2024. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/02-4-dia-mundial-de-conscientizacao-sobre-o-autismo-3/#:~:text=No%20Brasil%2C%20inda%20n%C3%A3o%20h%C3%A1,milh%C3%B5es%20de%20pessoas%20com%20a%20utilizacao%20do%20autismo>. Acesso em: 1 set. 2024.

8. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.
9. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Ministério da Saúde garante instrumento para cuidado da pessoa com transtorno do espectro autista. 17 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/ministerio-da-saude-garante-instrumento-para-cuidado-da-pessoa-com-transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 23 fev. 2025.
10. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema GRADE – manual de graduação da qualidade da evidência e força de recomendação para tomada de decisão em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/artigos_publicacoes/diretrizes/grade.pdf/view. Acesso em: 23 fev. 2025.
11. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Transtorno do espectro autista: saiba o que é e como o SUS tem dado assistência a pacientes e familiares. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/tea-saiba-o-que-e-o-transtorno-do-espectro-autista-e-como-o-sus-tem-dado-assistencia-a-pacientes-e-familiares>. Acesso em: 18 set. 2024.
12. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância em saúde - TEA. 2021. Disponível em: <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-do-espectro-autista/unidade-de-atencao-primaria/vigilancia-em-saude/#pills-aspectos-gerais-autismo>. Acesso em: 18 set. 2024.
13. BRASIL. Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html. Acesso em: 18 set. 2024.
14. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Anexo XXIX do Regulamento da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html#ANEXOXXIX. Acesso em: 18 set. 2024.
15. COFEN. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Autismo e Transtorno do Espectro Autista (TEA). 2021.
16. COFEN. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Parecer nº 5/2024/COFEN/CAMTEC/CTESNC: aplicação da Escala M-CHAT-R™ pelo Enfermeiro. Brasília - DF, 2024.
17. COFEN. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Parecer nº 33/2024/COFEN/CAMTEC/CTEPIENF: atuação do Enfermeiro com especialidade em ABA na expedição de laudos e prática de psicanálise e psicoterapia. Brasília - DF, 2024.
18. CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL. Parecer Técnico Coren-DF n.º 26/2020: Documentos legais e orientações sobre a atenção à saúde infantil. 2020.
19. COREN-PR. CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ. COREN-PR divulga parecer sobre atuação de enfermeiros com especialidade em ABA na emissão de laudos e na prática de psicanálise e psicoterapia, 2025.
20. DARTORA DD, et al. A equipe de enfermagem e as crianças autistas. *Journal of Nursing and Health*, 2014; 4(1): 27-38.
21. DU G, et al. The effectiveness of applied behavior analysis program training on enhancing autistic children's emotional-social skills. *BMC Psychol*, 2024; 12(1): 568.
22. GAE. GRUPO ANIMA EDUCAÇÃO. Manual de revisão bibliográfica sistemática integrativa: a pesquisa baseada em evidências, 2014.
23. HAMARASH MQ e RAMADAN MI. Assessment of nurses knowledge about autism spectrum disorder in pediatrics hospital in Kirkuk city. *Mosul Journal of Nursing*, 2023; 11(1): 215–228.
24. INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO E SAÚDE. O que é ABA (Análise do Comportamento Aplicada)? 2024.
25. OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Transtorno do espectro autista. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 1 set. 2024.
26. PAGE MJ, et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, 2022; 31(2): 2022107.
27. RAZERA FNS. Estudos de pesquisa e evidências que demonstram a eficácia da ABA na intervenção do autismo. *Revista SOUZA EAD*, 2024; 1-15.
28. RODGERSM, et al. Intensive behavioural interventions based on applied behaviour analysis for young children with autism: An international collaborative individual participant data meta-analysis. *Autism*, 2021; 25(4): 1137-1153.
29. SEIZEMM e BORSA JC. Instrumentos para rastreamento de sinais precoces do autismo: revisão sistemática. *Psico-USF*, Itatiba, 2017; 22(1): 161–176.
30. SENA RCF, et al. Practice and knowledge of nurses about child autism. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, Rio de Janeiro, Brasil, 2015; 7(3): 2707–2716.
31. SBP. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Triagem precoce para Autismo/Transtorno do Espectro Autista, 2017.
32. SOUSA VF, et al. Enfermagem no Cuidado de Crianças com Transtorno de Espectro Autista. 2024; 13(2): 387-96.
33. TASEW S, et al. Knowledge of childhood autism among nurses working in governmental hospitals of Addis Ababa, Ethiopia. *SAGE Open Med*. 2021; 9: 20503121211049121.